

É tempo de reconhecer o mérito



A. Domingues de Azevedo*

Embora se reconheça em alguns gestos e afirmações o mérito da acção dos profissionais parece notar-se um certo receio de admitir o valoroso trabalho desempenhado pelos TOC na gestão do sistema fiscal.

Temos uma certa tentação para menosprezar o que existe dentro de «casa» e é nosso e julgar que o que está fora de portas é melhor. Se essa conclusão constituir uma motivação para se fazer progressos, nada a obstar, mas quando serve apenas como autoflagelo ou forma de ignorar a mais-valia que nos está associada, não vejo razão para nela se insistir.

Na minha recente deslocação ao Congresso da FEE, em Versalhes, tive oportunidade de constatar as realidades de outros países, com alguns painéis de discussão a abordarem o caso da desmaterialização das declarações fiscais e da necessária envolvimento dos profissionais da Contabilidade. À margem do congresso, elementos afectados a instituições da FEE manifestaram a sua preocupação pelo exercício ilegal da profissão.

Ao assistir ao debate de temas daquela natureza senti-me, com toda a sinceridade, algo deslocado do evento em que estava a participar. Na verdade, os Técnicos Oficiais de Contas portugueses já ultrapassaram há muito o desafio da desmaterialização fiscal, sendo hoje uma realidade inquestionável de elevada importância para os profissionais e para a administração fiscal.

Foram os TOC – através do seu esforço, não apenas na execução, mas fundamentalmente no convencimento dos que tinham a função de decidir –, que acreditaram na mais-valia do projecto e das enormes sinergias que ele seria capaz de gerar.

O exercício ilegal da profissão por quem não está habilitado para o efeito, é um problema que resolvemos de forma eficaz, embora controversa, implementando as vinhetas e mais tarde atribuindo uma senha de acesso à Internet. O estado a que chegamos em Portugal não só na desmaterialização das declarações fiscais, mas também no comportamento das receitas provenientes dos impostos nestes últimos anos tem, indiscutivelmente, a mão, o saber e o cunho dos TOC.

Embora se reconheça em alguns gestos e afirmações o mérito da acção dos profissionais, como aconteceu com a intervenção do ministro das Finanças na inauguração da sede da CTOC, em Maio, a verdade é que se parece notar um certo receio, em minha opinião injustificado, de admitir o valoroso trabalho desempenhado pelos TOC na gestão do sistema fiscal. Mas, pese embora os progressos, temos muito a aprender com alguns dos nossos colegas europeus. Por exemplo, a Itália, hoje a braços com a implementação da desmaterialização fiscal, paga 0,30 euros aos profissionais pelo envio de cada declaração fiscal pela Internet.

Por cá, há muitas questões sem resposta que, com toda a justiça, devem ser feitas: quanto é que pagava o governo português aos bancos ou outras instituições protocoladas para receberem as declarações fiscais? Quanto paga ainda hoje a Segurança Social aos bancos por cada pagamento efectuado? E quanto é que irá pagar, amanhã, quando se implementar o pagamento via *home banking* aos TOC? Quanto poupa o Estado com a diminuição dos serviços nas direcções de finanças e serviços de finanças relacionados com a recepção e digitação das declarações fiscais?

Quanto vale a qualidade da informação propiciada pela desmaterialização, em tempo, em qualidade e no conhecimento *just in time* do comportamento fiscal? E quanto paga o Estado português aos TOC pela implementação da desmaterialização das declarações fiscais?

Não queremos que nos construam um andor para nos venerarem. Queremos apenas que deixem de nos olhar como profissionais menores e inferiores.

Provamos que somos capazes, o que ainda falta a outros comprovar.

Por isso, julgamos um acto inteligente e de completa justiça, o reconhecimento do esforço que tem vindo a ser empreendido pelos TOC. ★

